

A IGREJA NA DEFESA DOS DIREITOS DO POBRE

I

PASTORAL DO ARCEBISPO DA PARAÍBA

— Dom José Maria Pires —

Temo que a ira de Deus se inflame contra alguns proprietários da Paraíba como se inflamou contra o Rei Acab e sua mulher Jezabel, responsáveis pela morte de Nabot. Podem ler essa história no Primeiro Livro dos Reis, capítulo 21, e verificar como tudo é parecido com o que está acontecendo em Mata-de-Vara, Lameiro e muitos outros lugares.

“Mata-de-Vara é uma propriedade no Município de São Miguel de Taipu. Visitei a região dia 26 de janeiro em companhia de Padre João Maria e de irmã Marlene. O administrador da fazenda queria transformar em pastagem uma área úmida, baixa e muito boa para lavouras. Mas ali residiam nove famílias. Menos exigentes do que Nabot, os moradores se dispuseram a sair se fossem indenizados e recebessem outra terra para viver e trabalhar. Não foram atendidos. O administrador mandou cercar a área e soltou o gado dentro. Os bois devoraram tudo que havia de lavouras, de roça e até o abacaxi. Os moradores recorreram à Justiça, que determinou a retirada do gado e a indenização dos prejuízos. Até o presente, porém — e já se passaram vários meses — nem uma coisa nem outra se fez”.

Temos acompanhado com preocupação o que vem ocorrendo há mais de um ano na propriedade denominada Lameiro, perto de Serra da Raiz. O atual proprietário resolveu afastar da terra os moradores, mas sem lhes pagar o que exigem pelas benfeitorias. Alguns aceitaram o “acordo” e receberam indenizações consideradas muito inferiores ao valor de suas lavouras. Outros vêm resistindo e querem que as indenizações se façam mediante avaliação judicial. Essa determinação corajosa suscitou uma série de represálias e intimidações por parte do proprietário, as quais culminaram com aberturas de cercas para o gado entrar nas plantações.

Em companhia do vigário cônego Epitácio Dias e do professor Luiz Albuquerque Couto, visitei Lameiro no dia 27 de fevereiro e conversei com diversos moradores. O primeiro foi Luiz Moreira. Seu sítio foi totalmente destruído pelo gado há mais de um ano e, até agora, não saiu a indenização. Quem não o conheceu antes da invasão do gado não pode mais dizer que houve ali um sítio com mais de duzentas touceiras de banana e outras de fruteiras. Acompanhados por Luiz Moreira, dirigimo-nos aos sítios de Ci-

cero Batista e Fabiano. Causa tristeza e indignação ver o que aconteceu.

Ante a negativa de Cícero aceitar uma indenização no valor de cinco mil cruzeiros quando ele julga ter direito a mais de quarenta mil, o proprietário mandou abrir as cercas, retirar o arame e soltar o gado nos sítios. Isso aconteceu no início do mês de fevereiro. A questão, porém, é antiga e vem se arrastando sem solução legal. Somos testemunhas da cansativa *via-sacra* que Cícero, Fabiano, Luiz Moutreira e os outros têm feito aos órgãos competentes para resolver a situação: Sindicato, Federação dos Trabalhadores na Agricultura, Comissariado de Polícia, Juízo de Direito da Comarca, Secretaria de Segurança, Secretaria do Interior e Justiça, Polícia Federal, Delegacia do Trabalho, Assembléia Legislativa... Não houve porta a que algum representante dos moradores de Lameiro ou da Federação não fosse bater, procurando amparo legal para seus direitos.

Nossas reflexões: é doloroso; é revoltante ver como em Mata-de-Vara e em Lameiro se tirou a comida da boca de tantas crianças. Homens pacíficos, bons cristãos, esses nossos irmãos não querem fazer mal a ninguém; só desejam viver tranquilos e cuidar de seu trabalho. Mas eles começam a descreer da Justiça e do

Governo. Até hoje só encontraram apoio na Federação e na Igreja.

Sabemos que a Justiça é lenta para os pobres. Os ricos têm inúmeros recursos "legais" para apressar os processos que lhes interessam ou para adiar indefinidamente citações, audiências e julgamentos que eles prevêem serão desaforáveis. Vencem o pobre pela astúcia; pelas ameaças, pelo cansaço e pela morosidade da Justiça, quando não podem vencê-lo pelo direito.

O agricultor não tem segurança. Como poderiam os encarregados da segurança do povo garantir melhor o direito dos pobres à sobrevivência? Quem teria mais direito ao uso daquelas terras? Os homens que nasceram lá e que as cultivam há tantos anos ou aqueles que as adquiriram com dinheiro — por vezes fornecidos por programas do Governo — não derramaram nelas uma gota sequer de seu suor?

A política da Sudene está sendo nociva à agricultura da Paraíba e é péssima a imagem dessa instituição diante do povo. Muitas lágrimas têm sido derramadas por causa da Sudene. Muitas famílias ficaram desamparadas por causa da Sudene.

(Jornal do Brasil,
15-03-76, pág. 2)

II

POVO DAS PEQUENAS COMUNIDADES FALA AO GOVERNO DO AMAZONAS

O governador do Estado do Amazonas, Sr. Henoch Reis esteve dia 24 último em Urucurituba onde foi alvo das homenagens da população que demonstrando satisfação pela visita aproveitou a ocasião para falar com franqueza àquele chefe de Estado.

Eis o que foi dito ao Sr. Henoch Reis :

Ouvimos pelo rádio que o senhor viria para a mudança da Sede do Município. Da última vez que o governador veio não pudemos falar. Havia muita gente importante e era difícil até de chegar perto. E depois, a gente não sabe falar bonito e difícil, fica acanhado e fica pensando no que os outros vão dizer. Mas desta vez tomamos coragem.

Reunimos o povo em nossas comunidades e depois de todo mundo reunido nós perguntamos: "O QUE VOCE GOSTARIA DE DIZER AO GOVERNADOR"? Todo mundo tinha alguma coisa para dizer.

Escute, senhor Governador, mais de 7 mil pessoas do interior vão falar pela primeira vez.

QUEM SOMOS

Povo do interior deste município: agricultores, pescadores, professores. Quase todos moramos em casa de palha. Gente pobre, mas que trabalha. Trabalhamos muito e com sacrifício. O senhor sabe como é o trabalho da juta. Tem até motorista que trabalha muitas horas por dia e ganha só para comprar cigarros. É gente que tem vontade de progredir, de colaborar com o senhor. Enfim, é gente que quer ser gente. Somos comunitários... Quem está falando não é o patrão e nem autoridade... é o povo do interior.

O QUE TEMOS DE BOM

Nós vamos dizer para o senhor o que temos de bom. Escute: o povo unido nas comunidades, clube de jovens, clube de

mães, centros sociais construídos pela união do povo. Temos escolas. Temos reuniões do povo para decidir juntos nossos problemas. Grupos de trabalho para limpeza de ruas, limpeza em frente de sedes sociais, para plantar e colher: temos até roças comunitárias. Bonito mesmo é participar do puxirum! Temos times de futebol, festas. Tem comunidade com colônia de terra firme. Não podíamos esquecer nossos círculos bíblicos, cultos dominicais e outras coisas bacanas que podemos mostrar quando o senhor nos visitar. Há também os aposentados.

O QUE TEMOS DE MAU

Escute senhor governador: A EDUCAÇÃO no interior do município dá pena de ver! Podemos começar pelos prédios, que estão péssimos; não tem carteiras, material escolar, e muitas vezes, os professores não têm giz para escrever no quadro. Por falar em professores, o senhor sabe quanto ganham? — Cr\$ 195,40... É muito injusto e além de tudo não tem carteira profissional assinada. O salário, além de ser pouco, chega sempre atrasado. 4, 5 e até mais meses. Muitos professores precisam de mais preparo. Livros? Tem crianças, isto é quase todas as crianças não têm livros para estudar. E mesmo os professores têm pouca oportunidade de aperfeiçoar seu ensino. Porque, senhor Governador, quem tem dinheiro no interior, manda seus filhos estudarem na cidade e nós, que somos pobres, não temos a mínima chance de dar aos nossos filhos um pou-

co mais de estudo? A gente gostaria que os nosos filhos tivessem também a oportunidade de progredir. Escute, senhor Governador... porque uns têm tudo e outros, nada?

S A Ú D E

Senhor Governador... o povo do interior anda muito doente. Não tem assistência. E só remédio comprado no comércio, a preço muito alto. Se algum fica gravemente enfermo precisa gastar de 3 a 14 horas de margem para ser atendido em Itacoatiara ou Paratins. Deus nos livre ficar doente e ter que ir ao médico: só o frete do motor, quem é que pode...?

Temos que reclamar da Vacinação contra Tuberculose. Tifo, etc. Senhor Governador, não é verdade que houve vacina em todas as comunidades do interior. O pessoal da saúde, quando chega, chega sem avisar e fica por pouco tempo. Nós temos os nossos trabalhos e não podemos adivinhar quando chega. Por que não existe uma assistência médica e dentária bem organizada, mesmo que seja de 3 em 3 meses, e não só se lembrar na época de enchente, quando todo mundo esta espalhado? Escutamos pelo rádio que houve muita vacinação, mas esta não chegou em nossas comunidades. Em nossas comunidades temos pessoas com vontade de aprender para ajudar o povo.

ABANDONO DAS AUTORIDADES

As autoridades só visitam o interior na época da política. Prometem muito e só aparecem na outra campanha política. Oferecem motor de luz, tábuas,

dão remédios. Se eles ajudassem a resolver os problemas acima, estes aí nós saberíamos resolver. Que valor tem o título de eleitor? Queremos que as autoridades quando visitam o interior, não seja somente para passear e nem para falar, mas que se esforcem em ouvir o povo.

Senhor Governador, o povo miúdo vive em crise financeira muito grande, e de algum tempo para cá, tem piorado muito. A gente vê muito progresso nas cidades, muito dinheiro sendo aplicado em grandes obras e grandes financeiras; tudo isso não chegou até nós ainda.

A gente sabe que o Governo sem povo não é nada, porque a grande força de trabalho está no povo. A gente está sendo chamado para fazer progredir o nosso Estado, mas quer sentir também os resultados deste progresso.

Esperamos que o Senhor e as demais autoridades olhem para o interior. Nós só pedimos aquilo que não podemos resolver, senão com a ajuda do Governo. Estamos dispostos a cooperar em tudo o que foi escrito acima, até fazer sacrifício, mas é preciso que também os que estão por cima saibam fazer sacrifícios para que todos, grandes e pequenos, possam ter condições dignas de vida.

Este é o apelo feito pelas comunidades do interior deste município, cujos presidentes assinam.

Ficam nossas manifestações de alta consideração e estima.

(O S. Paulo, 7 a 13, fev. 1976)